

REVISTA DO

Direito da Concorrência, Consumo e Comércio Internacional

Número 1 - 2024

IBRAC

INSTITUTO BRASILEIRO DE ESTUDOS
DE CONCORRÊNCIA, CONSUMO E
COMÉRCIO INTERNACIONAL



REVISTA DO IBRAC

São Paulo

Número 1- 2024
ISSN 1517-1957

Editores Responsáveis

Josie de Menezes Barros

Melina Ferracini

Stephanie Penereiro

Laís Senna

Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional
Rua Cardoso de Almeida 788 cj 121
05013-001 - São Paulo - SP Brasil
Tel: 55 11 3872 2609 3673 6748
www.ibrac.org.br
ibrac@ibrac.org.br

DIRETORIA E CONSELHO DO IBRAC 2024- 2025

DIRETORIA

Diretor-Presidente: **Renê Guilherme da Silva Medrado**

Diretora Vice-Presidente: **Silvia Faga de Almeida**

Fabiana Ferreira de Mello Tito

Fabiola Meira de Almeida Breseghello

Fernando Benjamin Bueno

Flávia Chiquito

Giuliana M. F. Gonçalves e Requena

Guilherme Favaro Corvo Ribas

Josie de Menezes Barros

Maria Cecília Andrade

Mateus Piva Adami

Raphael Rodrigues Soré

Ricardo Casanova Motta

Ricardo Botelho

CONSELHO

Leonor Cordovil – Presidente

Pedro Zanotta – Vice-Presidente

Ademir Antônio Pereira Junior

Adriana L Cardinali Straube

Ana Carolina L. de Carvalho

Ana Paula Paschoalini

Aurélio Marchini

Barbara Rosenberg

Bernardo Gouthier Macedo

Bernardo Macedo

Bruno de Luca Drago

Bruno Droghetti M. Santos

Caio Mario Pereira

Carlos Francisco de Magalhães

Cristianne Zarzur

Daniel Andreoli

Daniel Costa Rebello

Denis Alves Guimaraes

Eduardo Caminati Anders

Enrico Spini Romanielo

Eric Jasper

Fabício A. Cardim de Almeida

Gabriel Cohen

Guilherme Misale

Gustavo Gonçalves Gomes

Lauro Celidonio

Lorena Nisiyama

Lucia Ancona L. Magalhães Dias

Luis Nagalli

Marcelo Procopio Calliari

Marcio de Carvalho S.Bueno

Marcos Drummond Malvar

Maria Eugenia Novis

Mariana Villela

Mario Girasole

Mauro Grinberg

Patrícia Agra

Paula Müller Ribeiro Bernini

Pedro Paulo Salles Cristofaro

Ricardo Inglez de Souza

Sandra Terepins

Sérgio Varella Bruna

Tatiana Lins Cruz

Ticiano Lima

Tito Amaral de Andrade

Ubiratan Mattos

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	5
PREFÁCIO	7
MIND THE VGUPPI: REFLEXÕES SOBRE A IMPLEMENTAÇÃO DO VGUPPI COMO PARÂMETRO DE FIRST SCREENING PARA ATOS DE CONCENTRAÇÃO VERTICAIS SUBMETIDOS AO CADE	
Ana Sofia Cardoso Monteiro Signorelli, Thiago Pedra Signorelli e Matheus Carvalho Silva	9
ANTICOMPETITIVE PRACTICES: HOW THE EUROPEAN ANTITRUST ENFORCEMENT HAS INFLUENCED THE ENFORCEMENT OF THE BRAZILIAN COMPETITION LAW	
Alana de Marchi Garcia	28
ESTÁ FALTANDO COMPETIÇÃO NO CADE? UMA AVERIGUAÇÃO PRELIMINAR DAS RAZÕES PARA A SUB-REPRESENTAÇÃO FEMININA NO TRIBUNAL DO CADE	
Tatiana de Macedo Nogueira Lima	51
A NATUREZA DO VÍNCULO ESTABELECIDO ENTRE O CADE E O TRUSTEE NO DIREITO CONCORRENCIAL	
João Pedro Kostin F. de Natividade	72
CUI BONO? PERSPECTIVAS ACERCA DO VETO DA OBRIGAÇÃO DE ARBITRAGEM COMPULSÓRIA NA LEI 14.470/2022	
Danilo Brum de Magalhães Júnior e Lucas Baltasar Morimoto da Silva	91
A EXPERIÊNCIA BRASILEIRA EM AVALIAÇÕES DE INTERESSE PÚBLICO EM DEFESA COMERCIAL ENTRE 2019 E 2021	
Mariana Piccoli L. Cavalcanti e Guilherme Mendes Resende	111

APRESENTAÇÃO

O Instituto Brasileiro de Estudos de Concorrência, Consumo e Comércio Internacional (IBRAC) lança a edição número 1 do volume 29 da Revista do IBRAC, trazendo importantes novidades. Trata-se da primeira edição da revista lançada na gestão que se iniciou em janeiro de 2024 (biênio 2024-2025), com a nova composição da Diretoria do IBRAC, e que agora conta com a o entusiasmo e competência da Dra. Josie de Menezes Barros como Diretora de Publicações e editora-chefe da revista.

O início desta nova gestão é marcado por uma perspectiva de continuidade e constante aprimoramento – assegurar que os resultados e conquistas alcançados pela Revista do IBRAC pelas gestões anteriores continuem sendo perseguidos, ao mesmo tempo em que se busca o contínuo desenvolvimento e reconhecimento da revista na comunidade acadêmica.

Nesse sentido, a Diretoria do IBRAC vem envidando esforços para buscar o aperfeiçoamento da qualidade técnica da revista, visando a garantir sua relevância e destaque como veículo acadêmico, assim como ampliar sua divulgação nas comunidades nacional e internacional.

Para tanto, a Diretoria trabalhou na reorganização e aprimoramento do site da revista, do sistema de submissão de artigos e das chamadas e políticas de submissão de artigos, garantindo, assim, maior celeridade e segurança. Ainda, estamos trabalhando para possibilitar a indexação da Revista do IBRAC em relevantes bases de dados, assim como para atender os critérios de classificação da Capes. Por fim, a Diretoria também vem trabalhando para promover maior divulgação da revista junto a docentes atuantes na área de defesa da concorrência e demais áreas de escopo do IBRAC, nacional e internacionalmente. Esperamos concretizar ao longo deste biênio diversas novas conquistas, aprimorando ainda mais a qualidade da revista e ampliando sua divulgação.

Os seis artigos que integram este volume reafirmam o compromisso da Diretoria do IBRAC e da nova gestão da Diretoria de Publicações com a constante e crescente busca pela excelência acadêmica e qualidade técnica da revista. Os textos selecionados para compor este número reforçam a pluralidade temática da publicação, que conta com artigos sobre análise de concentrações verticais, aplicação de modelos econômicos, influência das atuações de autoridades estrangeiras, representatividade e inserção feminina na comunidade antitruste, além de explorar intersecções entre direito

concorrencial e outras áreas como *compliance*, direito societário, arbitragem e defesa comercial.

A Diretoria do IBRAC agradece aos autores, conselho editorial e pareceristas que contribuíram para a publicação deste volume. Ao público da revista, agradecemos o interesse e desejamos uma excelente leitura.

Renê Guilherme da Silva Medrado

Diretor-Presidente do IBRAC

PREFÁCIO

O número 1 do volume 29 da Revista do IBRAC conta com seis artigos enviados espontaneamente por seus autores e que foram avaliados positivamente por nossos pareceristas, aos quais muito agradecemos.

O artigo “Mind The Vguppy”: Reflexões sobre a implementação do VGuppy como parâmetro de *first screening* para atos de concentração verticais submetidos ao Cade”, escrito em conjunto por Ana Sofia Signorelli, Thiago Signorelli e Matheus Carvalho, abre o volume examinando o método vGUPPI, espécie de métrica que pode contribuir para o refinamento da triagem realizada pelo Cade especialmente em atos de concentração verticais. O artigo analisa as limitações e extensões do modelo originalmente desenvolvido por Moresi e Salop.

Em seguida, Alana de Marchi Garcia, em seu artigo, discorre criticamente sobre a influência da jurisprudência da autoridade da concorrência europeia sobre o Cade. O artigo parte da análise de casos decididos no Brasil e que tiveram em alguma medida a influência da experiência da Comissão Europeia na análise realizada pela Superintendência Geral e pelo Tribunal.

Tatiana de Macedo Nogueira Lima, por sua vez, no artigo intitulado “Está faltando competição no Cade? Uma averiguação preliminar das razões para a sub-representação feminina no Tribunal do Cade” faz uma análise empírica e histórica, percorrendo a cronologia da participação feminina no Tribunal do Cade desde a entrada em vigor da Lei n. 12.529, de 2011. A autora aponta as principais causas estudadas na literatura relativa à inserção feminina no mercado de trabalho considerando-se sua sub-representação no topo das hierarquias ocupacionais, fazendo a análise a partir de dados de características das pessoas que compuseram o Cade e das que compõem a comunidade antitruste, tanto na iniciativa privada quanto no setor público e indica ao final mecanismos que poderiam ser utilizados para diminuir a sub-representação feminina no Tribunal.

Os trabalhos seguintes exploram temas que entrecruzam o direito concorrenciais e outras áreas do direito como compliance, societário e arbitragem. No artigo “A natureza do vínculo estabelecido entre o Cade e o *trustee* no direito concorrencial”, João Pedro Natividade investiga a natureza do vínculo entre o Cade e o *trustee* em sede de monitoramento, buscando estabelecer parâmetros para a aprovação ou designação do *trustee* e o credenciamento de particulares para colaborarem com a Administração, questionando o pressuposto de que esse vínculo teria apenas natureza contratual. Por sua vez, Danilo Brum e Lucas Morimoto investigam as questões em torno do veto

presidencial ao dispositivo da Lei n. 14.470/2022 que traria uma hipótese de obrigatoriedade da realização de arbitragem no âmbito das ações civis de reparação de danos concorrenciais.

Por fim, e reforçando o caráter interdisciplinar da Revista do IBRAC, Guilherme Resende e Mariana Piccoli Cavalcanti escrevem o artigo “A experiência brasileira em avaliações de interesse público em defesa comercial entre 2019 e 2021”, que analisam, sob os prismas material e procedimental, o regime de interesse público brasileiro em defesa comercial a partir das alterações regulatórias promovidas em 2019. A análise, de base empírica, chega ao diagnóstico de que as alterações trouxeram benefícios consideráveis ao instituto brasileiro de interesse público em defesa comercial, mas ainda perduram, pelo menos em parte, críticas relacionadas a aspectos procedimentais e materiais.

Boa leitura!

Josie de Menezes Barros
Diretora de Publicações do IBRAC